

BOMBARDEIO DE SALVADOR

Episódio ocorrido na cidade de Salvador, capital da Bahia, no dia 10 de janeiro de 1912. Mais um exemplo da intervenção dos militares na política brasileira durante a Primeira República, o bombardeio se deu em consonância com os interesses do então ministro da Viação e Obras Públicas, José Joaquim Seabra, conhecido como J. J. Seabra, candidato a governador do estado nas eleições para o quadriênio 1912-1916. O projeto de J. J. Seabra ao se candidatar a governador ia ao encontro dos interesses das lideranças políticas baianas concentradas no Partido Republicano Baiano e divididas em duas alas: os marcelinistas, liderados pelo senador José Marcelino, e os severinistas, liderados por Severino Vieira. Os conflitos tiveram início durante o governo de Araújo Pinho (1908-1911) e envolveram, além do Exército, jagunços contratados pelo governo, a força policial do estado, políticos de diversas instâncias do poder e populares.

HISTÓRICO

Edgar Carone destaca que os primeiros incidentes envolvendo situacionistas e oposicionistas na política baiana, bem como o partidarismo do Exército, já se haviam anunciado no final de 1910, quando das eleições para intendente municipal (prefeito) em Salvador, em que os dois candidatos, Júlio Brandão (seabrista) e João Santos (situacionista), se proclamaram vitoriosos. Tal fato mobilizou forças policiais e militares na capital baiana, numa prévia da disputa governamental programada para dezembro de 1911. No entanto, a parca historiografia regional sobre o assunto registra as eleições de 1911 para compor a Assembleia estadual como o antecedente imediato da contenda política que levou ao bombardeio da cidade.

Em 8 de janeiro de 1911 foram realizadas as eleições estaduais. Três grupos disputavam vagas na Assembleia: marcelinistas, severinistas e seabristas. O grupo no poder não reconheceu a vitória seabrista. Este, por sua vez, prometeu fazer duplicata da Assembleia, solicitar habeas-corpus a seu favor, e tomar posse à força. O governador Araújo Pinho

tentou assegurar que a decisão situacionista fosse mantida usando a polícia estadual, reforçada com a contratação de milhares de jagunços, para impedir as ações do grupo de oposição. Diante da crise, a política baiana entrou na pauta das reuniões realizadas no palácio do Catete, no Rio de Janeiro. O ministro da Guerra Mena Barreto, dando sinais de partidarismo político, nomeou para chefiar a região militar de Salvador o experiente general Sotero de Meneses, que havia atuado na repressão à Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, em 1904, em parceria com J. J. Seabra – na época, o futuro governador da Bahia era ministro da Justiça do governo Rodrigues Alves (1902-1906).

Apesar dos confrontos e do clima de guerra em função da composição da Assembleia, oposição e situação chegaram a um acordo. Os seabristas ficaram com 1/3 da representação na Assembleia, e obtiveram o reconhecimento de um senador da oposição. Com isso, os grupos divergentes firmaram um compromisso de paz.

A proximidade da eleição governamental e a iminência da vitória de Seabra aumentavam, contudo, o desconforto dos situacionistas. A tensão causada pela ostensiva presença do Exército na capital baiana, bem como os supostos desentendimentos de Araújo Pinho com o líder político José Marcelino só fizeram piorar os ânimos. Em 22 de dezembro de 1911, o governador renunciou. Faltavam apenas uma semana para a realização das eleições estaduais e três meses para a conclusão do seu mandato.

O substituto legal de Pinho era o presidente do Senado Estadual, cônego Manuel Leôncio Galvão. Porém, diante do clima de instabilidade política, e dos ares de guerra a soprar na cidade, o religioso não assumiu o governo, após alegar problemas de saúde. Aurélio Rodrigues Viana, catedrático da Faculdade de Medicina e presidente da Câmara dos Deputados, tomou posse, assim, como governador interino no mesmo dia da renúncia de Araújo Pinho. Aconselhado por Rui Barbosa, Viana tentou reduzir a pressão dos militares na política transferindo a Assembleia estadual para o município de Jequié, distante mais de 300km de Salvador, com reunião marcada para o dia 15 de janeiro de 1912. A reunião teria como objetivo resolver a questão da renúncia de Araújo Pinho e oficializar a nova data da eleição para o governo da Bahia.

O presidente do Senado, barão de São Francisco, se opôs à manobra política e insistiu, com sua autoridade, que a Assembleia se reunisse em Salvador. Parte dos parlamentares se dirigiu a Jequié, e outra permaneceu na capital baiana. Em 9 de janeiro de 1912 o juiz federal Paulo Fontes, por meio de habeas-corpus, autorizou a reunião da Assembleia em Salvador. Aurélio Viana mandou uma força policial do estado, reforçada com os jagunços contratadas por Araújo Pinho, cercar o prédio público para impedir a duplicata da Assembleia. O general Sotero de Meneses, por sua vez, atendendo a recomendações vindas do Rio de Janeiro, ordenou que se cumprisse a determinação federal.

Diante da recusa de Viana em atender ao *ultimatum* do general Meneses, no dia 10 de janeiro de 1912 foi dada a ordem para o bombardeio da capital baiana. Do forte de São Marcelo foram feitos os primeiros disparos. Os canhões da fortaleza do Barbalho e do forte São Pedro também entraram em ação. Foram atingidos o Palácio do Governo, a Câmara, o Teatro São João, a Biblioteca Pública e a Intendência. Não há números exatos sobre as baixas. Os dados oficiais apontam aproximadamente 20 mortos, enquanto a revista *A Careta*, no Rio de Janeiro, anunciou mais de 500 perdas.

No dia seguinte, sob os destroços da cidade, Aurélio Viana depôs as armas e renunciou ao cargo de governador. Assumiu o governo o conselheiro Bráulio Xavier da Silva Pereira, presidente do Tribunal de Apelação e o próximo nome na lista de sucessão governamental. A Assembleia reuniu-se em Salvador e marcou a eleição para 28 de janeiro de 1912.

A repercussão do bombardeio na imprensa nacional detonou uma crise no governo do presidente Hermes da Fonseca. Ninguém sabia de onde viera a ordem dos disparos. Imediatamente o ministro da Marinha, almirante Joaquim Marques Batista Leão, formalizou seu pedido de demissão com uma carta ao presidente, opondo-se ao ocorrido. O ministro da Justiça, Rivadavia Correia, desentendeu-se com o ministro da Guerra, Mena Barreto. A imprensa anunciou o suposto pedido de demissão do barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores.

Diante da crise, Hermes da Fonseca ordenou a Sotero de Meneses que garantisse o retorno de Aurélio Viana ao governo da Bahia, o que foi feito em 19 de janeiro. A decisão

aumentou os conflitos na cidade. Nos dias 22, 23 e 24 de janeiro, desordens nas ruas de Salvador colocaram em confronto populares e força policial, de um lado, e soldados do Exército, de outro. No dia 25, uma multidão reunida em frente ao Palácio do Governo pediu a renúncia de Viana, que deixou o poder pela segunda vez. O conselheiro Bráulio Xavier reassumiu o governo no dia seguinte e garantiu que a eleição para governador fosse realizada. Eleito para o quadriênio 1912-1916, ao vencer por diferença considerável de votos o candidato da situação Domingos Guimarães, José Joaquim Seabra tomou posse no dia 29 de março de 1912.

O bombardeio da cidade de Salvador marcou profundamente a política baiana e causou grande impacto na política brasileira. No entanto, o episódio foi relegado ao esquecimento pela historiografia nacional.

Rogério Rosa

FONTES: *Careta* (20/01/1912); CARONE, E. *Republica Velha*; PANG, E. *Coronelismo*; QUARESMA, M. *Salvacionismo*; SAMPAIO, C. *Partidos*.